



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Microbanco Moçambicano de Apoio a Investimentos, S.A.
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

Conteúdo

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	4
Demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral.....	7
Demonstração da posição financeira.....	8
Demonstração da variação de capital próprio	9
Demonstração de fluxo de caixa	10
1.1. <i>Bases de apresentação</i>	11
1.2. <i>Julgamentos e estimativas contabilísticas significativas</i>	12
1.3. <i>Políticas contabilísticas</i>	12
2. <i>Margem financeira</i>	34
3. <i>Resultados com serviços e comissões</i>	34
4. <i>Resultado em operações financeiras</i>	35
5. <i>Gastos com pessoal</i>	36
6. <i>Outros gastos operacionais</i>	36
7. <i>Outros rendimentos operacionais</i>	37
8. <i>Impostos</i>	37
8.1. <i>Imposto sobre o rendimento</i>	37
8.2. <i>A reconciliação da taxa efectiva de imposto é apresentada como se segue:</i> 39	
8.3. <i>Os movimentos nos impostos diferidos são os que constam no quadro abaixo:</i>	39
9. <i>Resultado por acção</i>	39
10. <i>Caixa e disponibilidade no Banco Central</i>	40
11. <i>Disponibilidades em outras instituições de crédito</i>	41
12. <i>Empréstimos e adiantamentos a bancos</i>	41
13. <i>Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</i>	42
14. <i>Empréstimos e adiantamentos a clientes</i>	42
15. <i>Activos financeiros ao custo amortizado</i>	43
16. <i>Outros activos</i>	44
17. <i>Activos não correntes detidos para venda</i>	44
18. <i>Activos por impostos correntes</i>	44
19. <i>Activos tangíveis</i>	45
20. <i>Activos intangíveis</i>	46



MAIS

Member of BISON Group

21.	<i>Recursos de outras instituições de crédito</i>	46
22.	<i>Recursos de clientes</i>	47
23.	<i>Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos</i>	47
24.	<i>Outros passivos</i>	48
25.	<i>Provisões</i>	48
26.	<i>Capital social e reservas</i>	49
26.1	<i>Capital social</i>	49
26.2	<i>Reservas</i>	50
27.	<i>Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos</i>	50
28.	<i>Partes relacionadas</i>	50
29.	<i>Locações</i>	51
29.1.	<i>Activos de direito de uso</i>	51
29.2.	<i>Passivo total não descontado</i>	51
29.3.	<i>Passivos para locações</i>	51
29.4.	<i>Reconhecimento na demonstração de resultados</i>	52
29.5.	<i>Fluxo de Caixa</i>	52
30.	<i>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</i>	53
31.	<i>Justo valor</i>	53
32.	<i>Contingências</i>	56
33.	<i>Gestão do Risco, objectivos e políticas</i>	56
34.	<i>Continuidade operacional</i>	68
35.	<i>Impacto da COVID-19</i>	69
36.	<i>Acontecimentos após a data de balanço</i>	70
37.	<i>Novos pronunciamentos contabilísticos</i>	70

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

O Conselho de Administração é responsável pela preparação, e apresentação adequada das demonstrações financeiras do Microbanco Moçambicano de Apoio a Investimentos, S.A., que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2021, a Demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo de políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O Conselho de Administração é igualmente responsável pela implementação de um controlo interno que determina necessário para a preparação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, seja por fraude ou erro, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema adequado de gestão de riscos, bem como pelo cumprimento das leis e regulamentos relevantes na República de Moçambique.

O Conselho de Administração fez uma avaliação da capacidade do Microbanco continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e não têm motivos para acreditar que a continuidade da actividade do Microbanco não se verificará no futuro previsível.

O auditor é responsável por reportar se as demonstrações financeiras estão devidamente apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do MAIS SA, identificadas no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 25 de Abril de 2022 e assinadas em seu nome por:



Narciso Matos
Presidente do Conselho de Administração



Gildo Lucas
Coordenador do Comité de Gestão



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.co.mz

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Accionistas da Microbanco Moçambicano de Apoio a Investimentos, S.A..

Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do Microbanco Moçambicano de Apoio a Investimentos, S.A. (o “Microbanco”) constantes das páginas 7 a 71, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2021, e a demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das principais políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada, em todos aspectos materiais, a posição financeira do Microbanco Moçambicano de Apoio a Investimentos, S.A. em 31 de Dezembro de 2021, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Base de Opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas são descritas na secção de *Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes do Microbanco de acordo com o *Código de Ética para Contabilistas Profissionais da Federação Internacional de Contabilistas (incluindo as Normas Internacionais de Independência) (Código IESBA)* juntamente com outros requisitos de independência aplicáveis à realização de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a prova de auditoria obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra informação

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende a declaração de responsabilidades da administração. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia de fiabilidade sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido durante a auditoria, ou se de outra forma parece conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade dos administradores pelas demonstrações financeiras

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelos controlos internos que os administradores determinem como necessários para permitir a preparação das demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material, devido a fraude ou erro.

Ao preparar as demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade do Microbanco continuar a operar com base no pressuposto da continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas a continuidade e usar o pressuposto da continuidade, a menos que os administradores pretendam liquidar o Microbanco e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um elevado nível de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, quando se pode razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o cepticismo profissional durante a auditoria. E, igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido ou a fraude ou erro, desenhamos e efectuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou a derrogação do controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressarmos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Microbanco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelos administradores.
- Concluimos sobre a apropriação do uso pelos administradores, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Microbanco continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Microbanco descontinue as operações.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações significativas de auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:



Abel Jone Guaiaguaia, 04/CA/OCAM/2012

Sócio

27 de Abril de 2022

Demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em Meticais)

	Nota	2021	2020
Juros e rendimentos similares calculados utilizando o método da taxa efectiva	2	574.084.103	522.239.910
Juros e gastos similares calculados utilizando o método da taxa efectiva	2	(155.717.524)	(161.082.031)
Margem financeira	2	418.366.579	361.157.879
Rendimentos com serviços e comissões	3	17.413.053	36.904.843
Gastos com serviços e comissões	3	(24.721.924)	(18.462.039)
Resultados de serviços e comissões	3	(7.308.871)	18.442.804
Resultado em operações financeiras	4	(1.987.366)	51.800.982
Rendimentos operacionais		409.070.342	431.401.665
Imparidade de crédito e adiantamentos a clientes	14	(26.340.556)	(86.520.702)
Rendimentos operacionais líquidos		382.729.786	344.880.963
Gastos com pessoal	5	(109.329.832)	(118.298.848)
Amortizações e depreciações	19, 20	(58.149.196)	(62.804.030)
Outros gastos operacionais	6	(97.647.189)	(96.660.767)
Outros rendimentos e gastos operacionais	7	27.976.530	32.460.957
Resultado antes de impostos		145.580.099	99.578.275
Impostos correntes	8	(19.507.526)	(12.174.403)
Impostos diferidos	8	461.071	461.072
Resultado líquido do exercício		126.533.644	87.864.944
Outros rendimentos integrais			
Itens que nunca serão reclassificados posteriormente para resultados			
Resultados do justo valor dos imóveis		3.677.912	-
Imposto Diferido		(1.176.932)	-
Outros Resndimentos Integrais		2.500.980	-
Total do Rendimento Integral		129.034.624	87.864.944
Resultado por acção			
Básicos	9	0,87	0,60
Diluídos	9	0,87	0,60

Demonstração da posição financeira

em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em Meticais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Activos			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	182.176.694	266.914.301
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11	64.393.059	57.281.056
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	12	709.016.914	900.350.807
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	13	6.327.551	6.327.551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	1.469.709.361	1.496.790.278
Activos financeiros ao custo amortizado	15	106.871.185	176.474.826
Outros activos	16	194.897.700	270.657.144
Activos não correntes detidos para venda	17	66.972.106	66.972.106
Activos por impostos correntes	18	22.319.014	22.066.137
Activos tangíveis	19	194.991.658	197.090.639
Activos intangíveis	20	58.237.823	67.732.080
Total de activos		<u>3.075.913.065</u>	<u>3.528.656.926</u>
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	21	712.619	82.457.381
Recursos de clientes	22	1.821.674.780	2.260.554.720
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	23	38.758.831	78.475.457
Outros passivos	24	78.101.091	100.254.107
Provisões	25	2.130.840	2.130.840
Passivos por impostos diferidos	8	11.611.511	10.895.651
Total do passivo		<u>1.952.989.671</u>	<u>2.534.768.156</u>
Capital próprio			
Capital social	26	1.462.798.176	1.462.798.176
Reservas de reavaliação	26	25.309.730	23.562.278
Outras reservas	26	48.709.796	22.350.313
Resultados transitados		(413.894.308)	(514.821.996)
Total do capital próprio		<u>1.122.923.394</u>	<u>993.888.770</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>3.075.913.065</u>	<u>3.528.656.926</u>

Demonstração da variação de capital próprio

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em Meticals)

	Capital social (nota 26)	Reservas de reavaliação (nota 26)	Outras reservas (nota 26)	Resultados transitados	Capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	1.462.798.176	24.315.806	350.200	(581.440.356)	906.023.826
Redução da reservas de reavaliação	-	(753.528)	-	753.528	-
Resultado do exercício	-	-	-	87.864.944	87.864.944
Reserva legal			22.000.113	(22.000.113)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	1.462.798.176	23.562.278	22.350.313	(514.821.997)	993.888.770
Redução da reservas de reavaliação	-	(753.528)	-	753.528	-
Aumento de reservas de reavaliação	-	3.677.912	-	-	3.677.912
Imposto diferido		(1.176.932)			(1.176.932)
Resultado do exercício	-	-	-	126.533.644	126.533.644
Reserva legal			26.359.483	(26.359.483)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	1.462.798.176	25.309.730	48.709.796	(413.894.308)	1.122.923.394

Demonstração de fluxo de caixa

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021
(valores expressos em Meticals)

	Notas	2021	2020
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido		126.533.644	87.864.944
Ajustamentos de:			
Amortizações e depreciações		58.149.196	65.210.743
Imparidade de crédito e adiantamentos a clientes		26.340.556	86.520.702
Margem financeira		(418.366.579)	(361.157.879)
Provisões		-	(2.731.992)
Impostos correntes		19.507.526	12.174.403
Impostos diferidos		(461.071)	(461.072)
Fluxos de caixa de actividades operacionais antes de variações de activos e passivos operacionais		(188.296.728)	(112.580.152)
Variações:			
Empréstimos e adiantamento a clientes		740.361	(147.921.359)
Activos não correntes detidos para venda		-	(1.945.142)
Outros activos		118.504.458	(149.622.207)
Recursos de outras instituições de crédito		(81.744.762)	(18.073.196)
Recursos de clientes		(438.879.939)	856.140.680
Outros passivos		39.979.195	30.656.343
Reserva obrigatórios		(35.374.163)	(21.611.702)
Fluxos de caixa das variações de activos e passivos operacionais		(396.774.850)	547.623.417
Juros recebidos		574.084.103	522.239.911
Juros pagos		(155.717.524)	(161.082.031)
Imposto sobre o rendimento pago		(19.254.650)	(13.119.371)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais		(185.959.649)	783.662.828
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de Activos Tangíveis		(17.620.599)	(12.722.165)
Aquisição de Activos Intangíveis		(36.811.299)	(21.059.596)
Recebimentos em caixa da venda de activos financeiros ao custo amortizado		69.603.641	8.269.986
Aquisição de activos financeiros ao custo amortizado			
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		15.171.743	(25.511.775)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos		(39.716.626)	(38.047.602)
Pagamento das locações		(14.876.313)	(9.439.233)
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento		(54.592.938)	(47.486.835)
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(225.380.844)	710.664.218
Caixa e equivalentes no início do período	30	1.002.937.192	292.272.975
Caixa e equivalentes no final do período	30	777.556.347	1.002.937.192

1. *Introdução*

O MAIS – Microbanco Moçambicano de Apoio aos investimentos, S.A. (doravante designado por MAIS ou Microbanco) é um Microbanco privado comercial, criado em 30 de Março de 1999, com sede social em Maputo na Avenida Julius Nyerere, nº2385. O MAIS solicitou a alteração temporária da licença do Banco para o Microbanco do nível Caixa Geral de Poupança e Crédito, incluindo alteração da designação do Banco MAIS para o Microbanco MAIS. Esta alteração foi aprovada pelo regulador Banco de Moçambique em 07 de Janeiro de 2021. O MAIS tem por objecto o exercício da actividade de instituição de crédito tipo Microbanco prevista na lei das instituições de crédito e sociedades financeiras. O MAIS centra a sua actividade no fornecimento de produtos competitivos a um nível excepcional de serviço aos seus clientes, estando mais direccionado para clientes Empresariais e Particulares.

1.1. *Bases de apresentação*

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de certas estimativas contabilísticas críticas. Também requer que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Microbanco. As notas às demonstrações financeiras apresentam áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas são significativos para as demonstrações financeiras do Microbanco.

As demonstrações financeiras do Microbanco foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 14 de Abril de 2022 e serão submetidas à aprovação dos acionistas na sua Assembleia - Geral ordinária.

Moeda de funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticals, que é a moeda funcional do Microbanco. Todos os valores foram arredondados aos valores mais próximo de Metical Moçambicano, salvo indicação em contrário.

1.2. Julgamentos e estimativas contabilísticas significativas

Durante a preparação das demonstrações financeiras anuais, a gestão é obrigada a efectuar julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam os rendimentos, gastos, activos e passivos e a divulgação dos activos e passivos contingentes. A utilização das informações disponíveis e a aplicação de julgamentos são inerentes ao desenvolvimento de estimativas. Os resultados reais podem diferir destas estimativas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Os julgamentos da administração que poderão ter um efeito significactivo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem:

- Perdas de crédito esperadas de instrumentos financeiros: estabelecer os critérios para determinar se o risco de crédito sobre o activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, determinar a metodologia para incorporar informação prospectiva na mensuração das Perdas Esperadas de Crédito (PCE) e selecção e aprovação dos modelos utilizados para medir as PCE.

1.3. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

a) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio na data da transação. Activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de relato e as resultants diferenças cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos do período a que se referem. Activos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras, que são apresentados ao custo histórico, são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

b) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Data do reconhecimento

As compras ou vendas de activos financeiros que exigem a entrega de activos dentro do prazo geralmente estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Microbanco se compromete a comprar ou vender o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Microbanco se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende dos termos contratuais e do modelo de negócios para a gestão dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados pelo justo valor, excepto nos casos que são registados pelo justo valor através do resultado, o custo da transação é adicionado ou subtraído deste valor. Contas a receber de clientes são mensuradas pelo preço de transação. Quando o justo valor de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial difere do preço da transação, o Microbanco regista os resultados do 1º dia.

iii) Resultados do primeiro dia

Quando o preço da transação é diferente do justo valor de outras transações correntes de mercado observáveis no mesmo instrumento, ou baseado em uma técnica de avaliação cujas variáveis incluem apenas dados de mercados observáveis, o Microbanco reconhece imediatamente a diferença entre o preço da transação e o justo valor (os resultados do primeiro dia) nos lucros ou prejuízos - “ganhos / (perdas) líquidos da negociação”. Nos casos em que o justo valor é determinado usando dados que não são observáveis, a diferença entre o preço da transação e o valor do modelo somente é reconhecida no resultado quando os insumos se tornam observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

iv) Vencimentos de bancos e empréstimos e adiantamentos aos clientes

Os valores devidos por bancos e empréstimos e adiantamentos aos clientes incluem activos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado activo, sendo mensurados ao custo amortizado, observando as seguintes condições:

- o Os activos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter activos financeiros em ordem para recolher fluxos de caixa contratuais;
- o Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros (SPPI) sobre o valor principal em aberto.

v) Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

a) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

i) Desreconhecimento por modificação substancial de prazos e contratos

O Microbanco desreconhece um activo financeiro, como um empréstimo a um cliente, quando os termos e condições forem renegociados na medida em que, substancialmente, se torne um novo empréstimo, com a diferença reconhecida como um ganho ou perda, na medida em que uma perda por imparidade ainda não foi registada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados como Fase 1 para fins de mensuração de ECLs. POCI – Activos com perda de crédito comprados ou originados são activos financeiros que estão com problemas de crédito no reconhecimento inicial.

O Microbanco considera os seguintes factores ao avaliar se deve ou não desreconhecer um empréstimo ao cliente:

- Mudança na moeda do empréstimo
- Introdução de um recurso de património
- Alteração na contraparte
- Se a modificação permitir que o instrumento deixe de atender ao critério de SPPI

ii) Desreconhecimento que não seja para modificação substancial de activos financeiros

Um activo financeiro é desreconhecido quando os direitos de receber fluxos de caixa dos activos financeiros tiverem expirado. O Microbanco também desreconhece os activos financeiros se ambos tiverem transferido o activo financeiro e as transferências se qualificarem para desreconhecimento.

O Microbanco transfere o activo financeiro se:

- Transferiu seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa do activo financeiro, ou
- Reteve os direitos sobre os fluxos de caixa, mas assumiu a obrigação de pagar integralmente o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, aos terceiros sob um acordo de repasse.

iii) Desreconhecimento, excepto por modificação substancial de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob o passivo é descartada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de uma nova responsabilidade. A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro original e a contrapartida paga é reconhecida em lucros ou prejuízos.

b) Determinação do justo valor

O Microbanco avalia os instrumentos financeiros, ao justo valor em cada data de relato. O justo valor é o preço que seria recebido na venda de um activo ou será pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do justo valor é baseada na presunção de que a transação para vender o activo ou transferir o passivo ocorre:

- o No mercado principal para o activo ou passivo, ou
- o Na ausência de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o activo ou passivo

O mercado principal ou o mais vantajoso deve ser acessível pelo Microbanco.

O justo valor de um activo ou passivo é mensurado usando-se as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o activo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado actuam em seu melhor interesse económico.

A mensuração do justo valor de um activo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios económicos usando o activo no seu mais alto e melhor uso ou vendendo-o ao outro participante do mercado que usaria o activo no seu mais alto e melhor uso.

O Microbanco utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais existem dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os activos e passivos para os quais o justo valor é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de justo valor, descrita a seguir, com base no menor nível de entrada que seja significactivo para a mensuração do justo valor como um todo:

- Nível 1 – Preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados activos para activos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de nível mais baixo que é significactivo para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de nível mais baixo que é significativa para a mensuração do justo valor não é observável.

Para os activos e passivos cujo justo valor é mensurado de forma recorrente, o Microbanco determina se transferências ocorreram entre os níveis na hierarquia, reavaliando a categorização (com base no menor nível de entrada que seja significactivo para a mensuração do justo valor como um todo) no final de cada período de relatório.

c) Imparidade de activos financeiros

A adoção da IFRS 9 alterou o método de cálculo das perdas por imparidade, substituindo a abordagem de perda incorrida da IAS 39 por uma abordagem de ECL voltada para o futuro. O Microbanco registou a provisão das perdas de crédito esperadas para todos os empréstimos e outros activos financeiros de dívida não detidos na FVPL, juntamente com os compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, mencionados nesta seção como instrumentos financeiros.

As principais definições dos elementos utilizados para o cálculo da ECL são as seguintes:

A Probabilidade de Incumprimento (PD) é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte temporal. Um incumprimento só pode ocorrer em um determinado

momento durante o período avaliado, se o crédito não tiver sido anteriormente desreconhecido e ainda estiver na carteira.

A Exposição ao incumprimento (EAD) é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato, incluindo reembolsos de capital e pagamento de juros e quaisquer outros saques esperados em créditos consolidados.

O cálculo da perda dado o incumprimento (LGD) é uma estimativa da perda que surge no caso em que uma incumprimento ocorre em um determinado momento. Baseia-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, incluindo a realização de quaisquer garantias ou melhorias de crédito que sejam parte integrante do empréstimo.

O Microbanco considera que a exposição de um cliente está em incumprimento quando o cliente fica 90 dias atrasado em seus pagamentos contratuais. O Microbanco considera em incumprimento os saldos de tesouraria e interbancários e toma medidas imediatas quando os pagamentos intradiários exigidos não são liquidados até o fecho dos negócios, conforme descrito nos contratos individuais.

A ECL é calculada pela multiplicação dos principais elementos mencionados acima (PD; EAD e LGD) ponderados pela exposição do cliente. Alguns ajustes são feitos para incorporar outros riscos esperados, como comportamento macroeconómico ou político.

Os clientes são agrupados de acordo com os seguintes segmentos: Corporativo, Individual, Funcionários, Funcionários Públicos e Instituições Financeiras.

A provisão para perdas de crédito esperadas é baseada nas perdas de crédito esperadas durante a vida do activo, a menos que não tenha havido aumento significactivo no risco de crédito desde a origem, neste caso a provisão é baseada na perda esperada de crédito de 12 meses.

A perda de crédito esperada de 12 meses é a parte da perda de crédito esperada para a vida inteira que representa a perda de crédito esperada que resulta em eventos de inadimplência num instrumento financeiro que é possível dentro dos 12 meses após a data de relato.

Tanto a perda esperada de crédito ao longo da vida, quanto a perda esperada de crédito de 12 meses são calculadas individualmente ou coletivamente, dependendo da natureza da carteira subjacente de instrumentos financeiros.

O Microbanco estabeleceu uma política de realização de uma avaliação, no final de cada período de relatório, caso o risco de crédito de um instrumento financeiro aumente significativamente desde o reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. O Microbanco identifica um aumento significativo no risco de crédito com base na avaliação dos elementos quantitativos e qualitativos relacionados com o activo financeiro através da monitorização contínua de todos os activos sujeitos à ECL. O Microbanco considera uma exposição significativamente aumentada no risco de crédito quando a PD da vida útil do IFRS 9 desde o reconhecimento inicial.

Com base no processo acima, o Microbanco agrupa os empréstimos conforme descrito abaixo:

- Etapa 1 – Quando os empréstimos são inicialmente reconhecidos, o Microbanco reconhece uma provisão com base na perda de crédito esperada de 12 meses, incluindo também os empréstimos em que o risco de crédito melhorou e o empréstimo foi reclassificado da etapa 2.
- Etapa 2 – Quando um empréstimo mostra um aumento significativo no risco de crédito desde a originação, o Microbanco regista uma provisão para a perda esperada de crédito ao longo da vida, também inclui empréstimos onde o risco de crédito melhorou e o empréstimo foi reclassificado da etapa 3.
- Etapa 3 – Empréstimos considerados com perda de crédito, o Microbanco regista uma provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira e para os activos da Etapa 3, sua receita de juros é calculada sobre o valor contabilístico líquido.
- POCI — Activos com perda de crédito comprados ou originados são activos financeiros que estão com perda de crédito no reconhecimento inicial. Os activos da POCI são registados pelo justo valor no reconhecimento inicial e a receita de juros é subsequentemente reconhecida com base na taxa de juros efetiva ajustada pelo crédito. O Microbanco reconhece a ECL vitalícia desses activos, sendo colocados em observação na Etapa 3 com avaliação contínua.

i) Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de Outro Rendimento Integral (OCI)

A perda de crédito esperada para instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral não reduz a quantia escriturada desses activos financeiros no balanço, que permanece no justo valor. Em vez disso, uma quantia igual à provisão que surgiria se os activos fossem mensurados ao custo amortizado é reconhecida em outro rendimento integral como um valor acumulado de imparidade, com um custo correspondente em lucros ou prejuízos. A perda acumulada reconhecida em OCI é reciclada para lucros ou prejuízos aquando do desreconhecimento dos activos.

ii) Activos financeiros com perda de crédito comprados ou originados

Para activos financeiros com perda adquirida ou com crédito originado, o Microbanco somente reconhece as variações acumuladas na perda esperada de crédito ao longo da vida desde o reconhecimento inicial na provisão para perdas por imparidade.

iii) Cartões de crédito e outras facilidades rotativas

O Microbanco oferece uma variedade de produtos corporativos e de retalho, como cheque especial e outras facilidades, em relação aos quais o Microbanco tem o direito de cancelar e /ou reduzir estas facilidades imediatamente. O Microbanco não limita sua exposição a perdas de crédito com o período de aviso contratual, mas calcula a perda de crédito esperada durante um período que reflete a expectativa do Microbanco sobre o comportamento do cliente, sua probabilidade de inadimplência e os procedimentos futuros de mitigação de risco do Microbanco, que pode incluir a redução ou cancelamento das facilidades.

iv) Informação futura

Nos seus modelos de perdas de crédito esperadas, o Microbanco conta com ampla variedade de informações futuras como insumos económicos, tais como:

- Crescimento do PIB

- Taxas de desemprego
- Taxas básicas do Banco Central
- Índices de preços de habitação.

Estes inputs e modelos utilizados para o cálculo das perdas de crédito esperadas nem sempre podem capturar todas as características do mercado na data das demonstrações financeiras. Para refletir isso, ajustes ou sobreposições qualitativas são ocasionalmente feitos como ajustes temporários quando essas diferenças são significativas.

v) Valorização de garantias

O Microbanco procura utilizar garantias, sempre que possível, para mitigar seus riscos sobre activos financeiros. A garantia vem em várias formas, tais como dinheiro, valores mobiliários, cartas / garantias de crédito, imóveis, contas a receber, inventários, outros activos não financeiros e reforço de crédito, tais como acordos de compensação. O justo valor da garantia é geralmente avaliado, no mínimo, no início e com base no cronograma de divulgação trimestral do Microbanco, no entanto, algumas garantias, por exemplo, dinheiro ou títulos relacionados a exigências de margens, são avaliadas diariamente.

Na medida do possível, o Microbanco usa dados de mercado activo para avaliar activos financeiros, mantidos como garantia. Outros activos financeiros que não têm um valor de mercado prontamente determinável são avaliados usando modelos. As garantias não financeiras, como imóveis, são avaliadas com base em dados fornecidos por terceiros, como corretores de hipotecas, índices de preços de imóveis, demonstrações financeiras auditadas e outras fontes independentes.

vi) Garantias recuperadas

A política do Microbanco é determinar se um activo recuperado é melhor utilizado para suas operações internas ou se deve ser vendido. Activos determinados como úteis para as operações internas são transferidos para a respectiva categoria de activos pelo menor valor recuperado ou pela quantia escriturada garantida do activo original.

Activos que são determinados para serem vendidos são imediatamente transferidos para activos detidos para venda pelo seu justo valor na data de reintegração de posse, de acordo com a política do Microbanco.

vii) Desreconhecimento

Os activos financeiros são desreconhecidos parcialmente ou na sua totalidade somente quando o Microbanco deixou de procurar a sua recuperação. Se o valor a ser desreconhecido for maior do que a provisão para perda acumulada, a diferença é primeiro tratada como um acréscimo à provisão que é então aplicada contra a quantia escriturada bruta. Quaisquer recuperações subsequentes são creditadas em um gasto de perda de crédito menos os dispêndios necessários para liquidar qualquer obrigação financeira que surja como resultado da garantia associada a esse activo.

d) Activos financeiros que se encontrem em imparidade

Antes de Janeiro de 2020, o Microbanco avaliava regularmente a existência de uma evidência objectiva que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possam ser fiavelmente estimados. Os critérios que o Microbanco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências que o cliente vai entrar em falência ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;

- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - o Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - o Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos.
 - o Depreciação do valor do colateral; e
 - o Deteriorização da posição do mutuário.

A política de crédito do Microbanco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Microbanco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Microbanco tenha de exercer a opção sobre colateral;
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Microbanco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas exposições com sinais de imparidade são avaliadas individualmente quanto a imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro com garantia reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

Abates

O Microbanco reconhece uma perda por imparidade para as perdas ocorridos inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como tendo sofrido imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação. O abate irá existir, quando, a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida. Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito em lucros ou prejuízos.

e) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço se, e somente se, houver um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de os liquidar em uma base líquida, ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Garantias financeiras

No curso normal dos negócios, o Microbanco oferece garantias financeiras, consistindo em cartas de crédito, garantias e aceitações. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras (dentro de “Outros passivos”) pelo justo valor, sendo o prêmio recebido. Após o reconhecimento inicial, o Microbanco aplica o maior valor entre o valor da provisão para perdas ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, o valor acumulado do lucro reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15.

g) Reconhecimento de receita e despesa

O Microbanco reconhece a receita para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos ao cliente em um valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Os seguintes critérios específicos de reconhecimento também devem ser considerados antes da receita ser reconhecida.

h) Rendimento de juros e similares

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, o rendimento ou gasto de juros é registado pelo método da taxa efetiva de juros, que é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou um período mais curto no caso activos com imparidade de crédito.

Quando um activo financeiro apresenta sinais de imparidade e é, portanto, considerado como a “Etapa 3”, o Microbanco calcula o rendimento de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado líquido do activo financeiro. Se os activos financeiros curarem e não estiverem mais com sinais de imparidade, o Microbanco recalculará os valores de juros em termos brutos.

i) Receitas de comissões

O Microbanco recebe receita de honorários e comissões de serviços que presta aos seus clientes. A receita de taxas pode ser dividida nas duas categorias seguintes:

Receita de taxa obtida de serviços que são fornecidos durante um certo período de tempo:

As comissões recebidas dos serviços prestados durante um período de tempo são acumuladas ao longo desse período. Essas taxas incluem receitas de comissões cobradas na prestação de serviços, como a emissão de Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

Receita de taxa pela prestação de serviços de transação, sendo que as taxas são reconhecidas como receita quando um acto significativo foi concluído.

h) Receita líquida de negociação

Receita líquida de negociação inclui ganhos e perdas decorrentes de transações em moeda estrangeira e conversão de itens monetários em moeda estrangeira.

i) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa referidos na demonstração dos fluxos de caixa incluem caixa, saldos irrestritos mantidos junto do Banco de Moçambique e quantias devidas de outros bancos ao pedido e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos e mensurados pelo custo amortizado.

j) Propriedades e equipamento

As propriedades e equipamento, excepto os edifícios que são mensurados pelo modelo de reavaliação, são registados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O custo de substituir parte de um item de propriedades e equipamento é reconhecido na quantia escriturada do item se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados na parcela serão transferidos para o microbanco e o seu custo pode ser mensurado com segurança. Os custos do serviço diário de propriedades e equipamento são reconhecidos em lucros ou prejuízos conforme incorridos.

A depreciação é calculada usando o método das quotas constantes para registar o custo de propriedades e equipamentos aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos activos são revisados e ajustados prospectivamente, se apropriado, a cada data de relatório. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Edifícios	20 - 50
Obras em edifícios arrendados	4 - 6
Equipamentos	4 – 10

Um item de propriedades e equipamento é desreconhecido quando da alienação ou quando não há benefícios económicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do activo (calculado como sendo a diferença entre o valor da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em “Outras receitas operacionais” ou “Outras despesas operacionais” no exercício em que o activo for desreconhecido.

k) Activos intangíveis

Activos intangíveis incluem o valor do software de computador. O software adquirido pelo Microbanco é apresentado ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos com software desenvolvido internamente são reconhecidos como um activo quando o Microbanco consegue demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e usar o software de uma maneira que gere benefícios económicos futuros, e possa mensurar com segurança os custos para concluir o desenvolvimento. Os custos capitalizados do software desenvolvido internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do software e são amortizados durante sua vida útil. Softwares desenvolvidos internamente são apresentados ao custo capitalizado, deduzidos da amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

A amortização é reconhecida em lucros ou prejuízos pelo método das quotas constants durante a vida útil estimada do software, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada do software é de 3 anos.

Um item do activo intangível é desreconhecido aquando da alienação ou quando não são esperados benefícios económicos futuros da sua utilização ou alienação.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o produto da venda e o valor contabilístico do activo) é reconhecido em “Outras receitas operacionais” ou “Outras despesas operacionais” no exercício em que o activo é desreconhecido.

l) Benefícios aos colaboradores

Benefícios de curto prazo aos colaboradores

Custos com pessoal

Os benefícios de curto prazo aos colaboradores, que incluem salários, acréscimos de custos com desempenho, deduções salariais e impostos são reconhecidos á medida que o serviço relacionado é prestado. Os custos com desempenho são reconhecidos na medida em que o Microbanco tem uma obrigação presente para com os seus colaboradores que pode ser mensurada de forma fiável, e são reconhecidos numa base não descontada durante o período de serviço que os colaboradores devem prestar para se qualificarem para os benefícios.

Benefícios de cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos como um custo na data que ocorrer mais cedo entre o momento em que o Microbanco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e o momento em que o Microbanco reconhece os custos de uma reestruturação. Se não se esperar que os benefícios sejam liquidados integralmente no período de 12 meses a partir da data do balanço, os mesmos serão descontados.

m) Imparidade de activos não financeiros

O Microbanco avalia em cada data de relato ou com maior frequência se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que a quantia escriturada pode estar em imparidade, se há uma indicação de que um activo não financeiro pode estar com problemas de recuperabilidade. Se tal indicação existir, ou quando o teste anual de imparidade de um activo for requerido, o Microbanco fará uma estimativa do valor recuperável do activo. Quando a quantia escriturada de um activo excede seu valor recuperável, o activo é considerado em imparidade e é baixado ao seu valor recuperável.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações actuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do activo.

Na determinação do justo valor menos custos de alienação, transações recentes de mercado são consideradas. Se tais transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado.

Para activos excluindo o goodwill, é efetuada uma avaliação em cada data de relato para determinar se existe uma indicação de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, o Microbanco estima o valor recuperável do activo. Uma perda por imparidade previamente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma alteração nos pressupostos utilizados para determinar a quantia recuperável do activo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida. A reversão é limitada para que a quantia escriturada do activo não exceda seu valor recuperável, nem exceda a quantia escriturada que teria sido apurada, líquido de depreciação, caso não tivesse sido reconhecida perda no valor recuperável do activo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida em lucros ou prejuízos.

n) Impostos

i) Imposto corrente

Os activos e passivos por impostos correntes dos anos correntes e anteriores são medidos pelo montante que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular a quantia são aquelas que são promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data de relato.

ii) Imposto diferido

O imposto diferido é calculado sobre as diferenças temporárias na data de relato entre as bases fiscais de activos e passivos e suas quantias escrituradas para fins de divulgação financeira. Os passivos por imposto diferido são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo em uma transação que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transação, não afeta o lucro contabilístico, nem o lucro ou prejuízo tributável; e

- Relativamente a diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, em que a tempestividade da reversão das diferenças temporárias pode ser controlada e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro previsível.

Activos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos fiscais não usados e prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e o transporte de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados podem ser utilizados, excepto:

- Quando o activo fiscal diferido relacionado à diferença temporária dedutível decorre do reconhecimento inicial de um activo ou passivo em uma transação que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transação, não afeta o lucro contabilístico nem o lucro ou prejuízo tributável.
- Em relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em subsidiárias, impostos diferidos activos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro previsível e o lucro tributável esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A quantia escriturada dos impostos diferidos activos é revista em cada data de relato e reduzida na extensão em que não é mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do activo por imposto diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos activos não reconhecidos são reavaliados a cada data de relato e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo fiscal diferido seja recuperado.

Impostos diferidos activos e passivos são mensurados com base nas taxas que se espera aplicar no exercício em que o activo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas taxas de imposto (e legislação tributária) promulgadas ou substantivamente promulgadas na data de relato.

O imposto corrente e o imposto diferido relacionados a itens reconhecidos diretamente no capital próprio também são reconhecidos no capital próprio e não em lucros ou prejuízos.

Os activos e passivos fiscais são compensados se existir um direito legalmente executável de compensar os activos fiscais contra passivos fiscais relacionados à mesma entidade fiscal e à mesma autoridade tributária.

o) Reservas

Em conformidade com a legislação moçambicana, o Microbanco deve atribuir anualmente a uma reserva legal, de 30% do lucro líquido até que esta reserva seja igual ao montante do capital social e de 15% quando as reservas constituídas forem iguais ou superiores ao capital realizado.

p) Activos não correntes detidos para venda

Este grupo de activos são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os mesmos ou estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Os activos não correntes detidos para venda que o Microbanco actualmente possui são os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem. O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Microbanco. A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante em que a quantia escriturada do activo exceder o seu valor recuperável. Para efeitos da avaliação da imparidade, os activos são agrupados ao nível mais baixo, para o qual existam fluxos de caixa separadamente identificáveis.

q) Locações.

Definição de locação

A definição de locação acarreta uma abordagem no controlo do activo identificado no contrato, ou seja, um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um activo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse activo identificado durante o período coberto pelo contrato em troca de uma retribuição.

Impactos na óptica do locatário

O Microbanco reconhece para todas as locações, com excepção das locações com um período inferior a 12 meses ou para locações que incidam sobre activos de valor unitário reduzido:

- Um activo pelo direito de uso adquirido, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o Valor Presente (NPV) do passivo da locação, acrescidos de pagamentos efectuados deduzidos de incentivos à locação recebidos, bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do activo subjacente e/ou com restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações/amortizações de acordo com o prazo de locação de cada contrato);
- Um passivo de locação, contabilizado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (NPV), o que inclui:
 - Pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;
 - Pagamentos de locação variáveis, que dependem de um incentivo ou taxa, mensurados inicialmente utilizando o índice ou taxa à data de início do contrato;

Para determinar a taxa de juro implícita na locação, os pagamentos da locação são descontados de acordo com a taxa Libor para os contratos em ou indexados a USD e de acordo com a taxa MIMO acrescida de um spread de 1.5% para os contratos em MZN, aplicada sobre o prazo médio ponderado de cada contrato de locação.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- Pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a reflectir os juros sobre o mesmo;
- Pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a reflectir os pagamentos de locação;
- A quantia contabilizada é recalculada de forma a reflectir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para reflectir a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo de locação.

O Microbanco reavalia um passivo de locação e calcula o respectivo ajustamento relacionado ao activo de direito de uso sempre que:

- Houver uma alteração do prazo da locação e o passivo de locação é reavaliado descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista;

- Houver uma alteração dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo é reavaliado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juros variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista);
- Um contrato de locação é alterado mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo de locação é reavaliado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

2. Margem financeira

A margem financeira apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<i>Juros e rendimentos similares calculados utilizando o método da taxa</i>		
Empréstimos e adiantamento a clientes	474.836.081	467.460.590
Empréstimos e adiantamentos a bancos	85.737.085	28.661.041
Activos financeiros ao custo amortizado	13.510.187	26.099.341
Outros	750	18.938
	<u>574.084.103</u>	<u>522.239.910</u>
<i>Juros e gastos similares calculados utilizando o método da taxa efectiva</i>		
Recursos de clientes	128.724.989	111.802.349
Recursos de bancos centrais	23.567	2.534.001
Recursos de outras instituições de crédito	9.386	2.128.721
Loações	6.117.134	6.525.140
Outros	20.842.448	38.091.820
	<u>155.717.524</u>	<u>161.082.031</u>
	<u>418.366.579</u>	<u>361.157.879</u>

3. Rendimentos com serviços e comissões

A rubrica referente a rendimentos com serviços e comissões apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<i>Rendimentos de serviços e comissões</i>		
Rendimentos de comissões de garantias e avals prestados	4 533 780	9 271 466
Rendimentos de comissões de serviços bancários prestados	9 211 568	13 785 517
Outros rendimentos de serviços e comissões	3 667 705	13 847 860
	<u>17 413 053</u>	<u>36 904 843</u>
<i>Gastos com serviços e comissões</i>		
Gastos com comissões de serviços recebidos	24 721 924	18 462 039
	<u>24 721 924</u>	<u>18 462 039</u>
	<u>(7 308 871)</u>	<u>18 442 804</u>

Um contrato com um cliente que resulte num instrumento financeiro reconhecido nas demonstrações financeiras do Microbanco poderá estar parcialmente no âmbito da IFRS 9 e parcialmente no âmbito da IFRS 15. Se for este o caso, o Microbanco aplica primeiro a IFRS 9 para separar e mensurar a parte do contrato que se encontra no âmbito da IFRS 9, e seguidamente aplica a IFRS 15 à parte residual. Os gastos de serviços e comissões referem-se

principalmente a taxas de transacção e serviços, que são reconhecidos como um gasto à medida que os serviços são recebidos.

Tipo de serviço	Natureza e prazo de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimentos de receitas de acordo com a IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2018)
Banca de retalho e corporativa	<p>O Microbanco presta serviços bancários a clientes particulares e corporativos, incluindo gestão de contas, disponibilização de facilidades de descoberto, transacções em moeda estrangeira, cartão de crédito e taxas de serviços.</p> <p>As comissões pela gestão contínua de contas são cobradas mensalmente na conta do cliente. O Microbanco define as taxas separadamente para clientes da banca de retalho e corporativa em cada jurisdição anualmente.</p> <p>As comissões baseadas em transacções em moeda estrangeira e descobertos são cobradas na conta do cliente quando a transacção ocorre.</p> <p>As comissões de serviços são cobradas mensalmente e são baseadas em comissões fixas revistas anualmente pelo Microbanco.</p>	<p>As receitas e comissões de serviços são reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados.</p> <p>As receitas relacionadas com transacções são reconhecidas no momento em que as transacções ocorrem.</p>

4. Resultado em operações financeiras

A rubrica referente a resultado em operações financeiras diz respeito a resultado proveniente das operações cambiais:

	2021	2020
<i>Rendimentos e ganhos com operações financeiras</i>		
Rendimentos e ganhos com operações cambiais	155.843.941	156.947.316
<i>Gastos e perdas com operações financeiras</i>		
Gastos e perdas com operações cambiais	(157.831.307)	(105.146.334)
<i>Resultado com operações financeiras</i>	<i>(1.987.366)</i>	<i>51.800.982</i>

5. *Gastos com pessoal*

A rubrica gastos com pessoal apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários e subsídios	104 203 646	104 493 906
Encargos sociais obrigatórios	3 358 020	3 862 656
Outros gastos com pessoal	1 768 166	9 942 286
	<u>109 329 832</u>	<u>118 298 848</u>

6. *Outros gastos operacionais*

O saldo desta rubrica é decomposto como mostra o quadro abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Avenças e honorários	35.671.239	33.103.227
Consumíveis	3.162.859	2.832.547
Rendas e alugueres	173.000	999.341
Água, energia e combustível	5.215.637	4.610.803
Deslocações, estadas e despesas de representação	274.866	1.188.025
Vigilância e segurança de instalações	6.344.798	6.983.716
Impostos indirectos	786.787	672.598
Multas e penalizações	596.762	295.349
Donativos e quotizações	778.729	319.977
Comunicações	9.082.641	11.439.227
Outros(nota 6.1)	35.559.871	34.215.957
	<u>97.647.189</u>	<u>96.660.767</u>

6.1. A rubrica outros inclui o seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fotocópias e encardenação	892.696	892.809
Seguros	1.216.076	1.002.688
Serviços de higiene e conforto	1.438.652	825.569
Transporte de valores	454.405	413.842
Formação	0	61.875
Brindes	94.619	498.352
Despesas com marketing e publicidade	182.239	1.961.183
Perdas de juros e outros encargos de exercícios	11.844.319	8.820.340
Outros	19.436.865	19.739.299
	<u>35.559.871</u>	<u>34.215.957</u>

7. Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica é apresentada com a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Recuperação de empréstimos e adiantamentos à clientes	16 262 680	20 467 381
Reposição e anulação de provisões	0	2 731 992
Outros	11 713 850	9 261 584
	<u>27 976 530</u>	<u>32 460 957</u>

8. Impostos

8.1. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento era o seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Obrigações de Tesouro	2.669.108	6.612.782
Outras aplicações	16.838.418	5.561.621
Total dos impostos correntes	19.507.526	12.174.403
Total dos impostos diferidos	(461.071)	(461.072)
Total do imposto sobre o rendimento	<u>19.046.455</u>	<u>11.713.331</u>

Microbanco estimou para 31 de Dezembro de 2021 prejuízos fiscais acumulados de 362.643.631 Meticais (2020 - 445.964.440 Meticais).

Nos termos da legislação tributária em vigor a partir de 1 de janeiro de 2003, os prejuízos fiscais expiram após cinco anos. A administração não reconheceu os activos diferidos sobre esses prejuízos fiscais, pois acredita que o Microbanco pode não ser capaz de utiliza-los antes que expirem.

O quadro abaixo mostra tanto as datas de inicio como de vencimento:

<u>Data de inicio</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Valor de prejuizos fiscais</u>	<u>Valor da taxa de imposto (32%)</u>
2018	2023	362.643.631	116.045.962
		<u>362.643.631</u>	<u>116.045.962</u>

De acordo com o código tributário (IRPC) vigente a partir de 1 de janeiro de 2014, os juros sobre valores mobiliários (títulos do governo e letras do tesouro) estão sujeitos a tributação definitiva, retendo a fonte na forma de imposto final. A receita desses títulos não é tributada novamente na preparação do cálculo do imposto de renda. Essa tributação é contabilizada como gasto de imposto sobre o rendimento na demonstração de lucro ou prejuízo e outro rendimento integral.

As autoridades fiscais têm o direito de revisar a situação tributária do Microbanco por um período de até 5 anos. Isso pode resultar em ajustes devido a uma interpretação diferente e / ou não conformidade com a legislação relacionada ao imposto sobre as empresas, imposto sobre o valor acrescentado e imposto sobre rendimento de pessoas singulares. Entretanto, a administração acredita que eventuais ajustes nas declarações fiscais, como resultado dessas revisões, não terão um impacto significactivo nos resultados financeiros apresentados, se houver.

8.2. A reconciliação da taxa efectiva de imposto é apresentada como se segue:

	2021		2020	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado/(prejuízo) antes de imposto		145.580.099		99.578.276
Imposto corrente utilizando a taxa de imposto	32,00%	46.585.632	32,00%	31.865.048
<u>Correcções fiscais:</u>				
Encargos não dedutíveis	1%	1.053.030	1,13%	1.130.090
Rendimentos não tributáveis	0,10%	147.543	-1,60%	(1.590.626)
Prejuízos fiscais a (utilizar)/reportar	-19,74%	(28.739.750)	-19,77%	(19.691.181)
Taxa efectiva	13,08%	19.046.455	11,76%	11.713.331

8.3. Os movimentos nos impostos diferidos são os que constam no quadro abaixo:

	1 de Janeiro de 2021	Demonstração de resultados		Capital próprio		31 de Dezembro de 2021
		Gastos e perdas	Rendimentos e Ganhos	Aumento	Redução	
Passivos por impostos diferidos						
Activos tangíveis	10.895.651	-	(461.072)	1.176.932	-	11.611.511
	10.895.651	-	(461.072)	1.176.932	-	11.611.511

	1 de Janeiro de 2020	Demonstração de resultados		Capital próprio		31 de Dezembro de 2020
		Gastos e perdas	Rendimentos e Ganhos	Aumento	Redução	
Passivos por impostos diferidos						
Activos tangíveis	11.356.723	-	(461.072)	-	-	10.895.651
	11.356.723	-	(461.072)	-	-	10.895.651

O passivo por imposto diferido é referente aos edificios mensurados pelo modelo de reavaliação (Nota 19) e por outro lado pela IFRS 16.

9. Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Microbanco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas e em circulação.

O cálculo do resultado por acção básico e diluído, em 31 de Dezembro de 2021, baseia-se no lucro atribuível aos accionistas ordinários no valor de 126.533.644 Meticais (2020: 87.864.944 Meticais) e no número médio ponderado de acções ordinárias emitidas até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 de 146.279.818 acções (2020: 146.279.818), calculado como segue:

Resultado atribuível aos accionistas	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado do exercício	126 533 644	87 864 944
Média ponderada - Acções ordinárias	<u>146 279 818</u>	<u>146 279 818</u>
Resultado por acção		
Básicos	0,87	0,60
Diluídos	0,87	0,60

10. Caixa e disponibilidade no Banco Central

A rubrica Caixa e disponibilidade no Banco Central é apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa		
Moeda nacional	34.216.696	41.324.718
Moeda estrangeira	4.996.975	20.856.858
	<u>39.213.671</u>	<u>62.181.576</u>
Saldo no Banco de Moçambique		
Moeda nacional	121.005.561	98.507.418
Moeda estrangeira	21.957.461	106.225.307
	<u>142.963.023</u>	<u>204.732.725</u>
	<u>182.176.694</u>	<u>266.914.301</u>

O saldo de disponibilidades junto do Banco de Moçambique visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa nos termos do aviso nº 12/GBM/2020 e é calculado com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. Em 31 de Dezembro de 2021, o coeficiente de reservas obrigatórias para os depósitos em moeda nacional era de 10.5% (2020: 11.5%) e 11.5% (2020: 34.5%) para os depósitos em moeda estrangeira. Sendo que os depósitos em moeda estrangeira totalizando 26.954.437 Meticais (2020: 127.082.165) o remanescente é constituído em moeda nacional.

O montante de reservas obrigatórias em 31 de Dezembro de 2021 ascendeu a 188.030.320 Meticais (2020: 221.608.971 Meticais). As reservas obrigatórias devem ser mantidos como média dos 30 dias do mês em causa, são restritas e não remunerados. O saldo médio das reservas obrigatórias durante o mês de Dezembro foi de 181.041.369 meticais (2020: 186.501.773 Meticais) estando dentro do mínimo regulamentar.

11. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Bancos nacionais		
Moeda nacional	5.711.395	26.690.072
Moeda estrangeira	245.469	291.461
	<u>5.956.863</u>	<u>26.981.533</u>
Bancos estrangeiros		
Moeda estrangeira	58.436.196	30.299.523
	<u>58.436.196</u>	<u>30.299.523</u>
	<u>64.393.059</u>	<u>57.281.056</u>

O montante constante nesta rubrica representa os saldos que o Microbanco possui junto de outras instituições de crédito (bancos).

12. Empréstimos e adiantamentos a bancos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Moeda nacional	709 016 914	900 350 807
	<u>709 016 914</u>	<u>900 350 807</u>

O saldo desta rubrica representa o conjunto de aplicações com prazos inferiores a um mês no Banco Central.

13. Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

No final de 2021 apresentava a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Participação		
Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)	6 327 551	6 327 551
	<u>6 327 551</u>	<u>6 327 551</u>

O saldo dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, respeita a participação do Microbanco no capital social da SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique, uma sociedade financeira de compensação de valores. O Microbanco detém 0.5% do capital social da SIMO.

14. Empréstimos e adiantamentos a clientes

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Moeda nacional		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.520.450.481	1.567.571.890
Descobertos em conta	446.466	2.264.572
	<u>1.520.896.947</u>	<u>1.569.836.462</u>
Vencido e não em imparidade	247.745.943	199.546.788
	<u>1.768.642.890</u>	<u>1.769.383.250</u>
Imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes	(298.933.529)	(272.592.972)
	<u>1.469.709.361</u>	<u>1.496.790.278</u>

Abaixo segue a análise de movimentos de imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes:

	2021			2020		
	Colectiva	Individual	Total	Colectiva	Individual	Total
Em 1 de Janeiro	9.363.815	263.229.157	272.592.972	22.488.693	193.301.045	215.789.738
Imparidades do exercício	25.471.998	375.597.215	401.069.212	5.379.789	125.848.983	131.228.772
Reversões no ano	(13.884.744)	(360.843.912)	(374.728.655)	(18.504.666)	(26.203.404)	(44.708.070)
Utilização/(desreconhecimento)	-	-	-	-	(29.717.468)	(29.717.468)
Em 31 de Dezembro	20.951.069	277.982.460	298.933.529	9.363.815	263.229.157	272.592.972

	2021	2020
Imparidade de novos créditos	25.471.998	5.379.789
Incremento em imparidade de créditos existentes	375.597.215	125.848.983
Desreconhecimento de imparidades	(374.728.656)	(44.708.070)
Imparidade do exercício	26.340.557	86.520.702

15. Activos financeiros ao custo amortizado

A rubrica apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Obrigações do tesouro	106 871 185	176 474 826
	106 871 185	176 474 826

No que diz respeito ao ano de 2021, as obrigações do tesouro representam aplicações de longo prazo (3 – 10 anos).

A tabela abaixo mostra as taxas e prazos para cada uma das emissões:

Obrigações	Montante	Data de Início	Data de Maturidade	Taxa
Obrigações de Tesouro 2019 8ª Série	99.694.185	24/04/2019	24/04/2024	10,00%
Obrigações de Tesouro 2019 1ª Série	7.177.000	29/11/2019	29/11/2029	1,88%

Durante o ano de 2021 verificou-se o vencimento das obrigações de tesouro constantes no quadro abaixo:

Obrigações	Montante	Data de Início	Data de Maturidade	Taxa
Obrigações de Tesouro 2017 2ª Série	30.000.000	26/04/2017	26/10/2021	16,00%
Obrigações de Tesouro 2018 4ª Série	41.888.600	13/06/2018	13/06/2021	17,25%

16. Outros activos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Compensações	8.629.372	-
Despesas com encargo diferido	12.304.996	9.887.111
Adiantamento a fornecedores	864.025	2.090.105
Garantia em depósito ⁱ	12.000.000	12.000.000
Caução	2.426.707	4.976.271
Outros valores a receber ⁱⁱ	158.672.600	241.703.657
	<u>194.897.700</u>	<u>270.657.144</u>

- i. O depósito em garantia de depósitos está relacionado à garantia que o Microbanco fez no Banco Central.
- ii. O saldo de outros valores a receber inclui a dívida da Geocapital - Gestão de participações, SA que uma remuneração que este acionista concordou em pagar ao Microbanco devido ao aumento de capital realizado por este acionista. Isto foi solicitado pelos outros acionistas e totalmente acordado pela Geocapital. Este montante também inclui o valor que está relacionado com execução judicial contra EMOSE e Nadhary-Opway.

17. Activos não correntes detidos para venda

Em 31 de Dezembro de 2021, o Microbanco tinha em carteira como activos não correntes detidos para venda:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	<u>66 972 106</u>	<u>66 972 106</u>

18. Activos por impostos correntes

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Pagamento por conta (IRPC)	946 129	846 129
Retenções na fonte	21 372 885	21 220 008
	<u>22 319 014</u>	<u>22 066 137</u>

19. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Edifícios	Equipamentos	Obras em edifícios arrendados	Investimentos em curso	Total
Custo:					
Em 1 Janeiro de 2020	136.700.255	96.276.536	47.534.490	56.900.668	337.411.948
Adições	9.764.771	7.539.174	-	4.531.655	21.835.600
Transferências	17.952.089	7.869.111	10.145.234	(35.966.435)	-
Regularizações	-	-	-	(2.406.713)	(2.406.713)
31 Dezembro de 2020	164.417.115	111.684.820	57.679.724	23.059.176	356.840.835
Adições	-	588.626	-	17.031.973	17.620.599
Regularizações	660.000	-	-	-	660.000
Reavaliação	3.677.912	-	-	-	3.677.912
31 Dezembro de 2021	168.755.027	112.273.446	57.679.724	40.091.149	378.799.346
Depreciação acumulada					
Saldo em 1 Janeiro 2020	37.542.272	67.678.888	21.458.047	-	126.679.208
Depreciação do exercício	17.982.270	10.979.054	4.109.665	-	33.070.989
31 Dezembro de 2020	55.524.542	78.657.942	25.567.712	-	159.750.197
Depreciação do exercício	11.208.674	8.316.435	4.532.383	-	24.057.492
31 Dezembro de 2021	66.733.216	86.974.377	30.100.095	-	183.807.689
Quantia escriturada:					
1 Janeiro 2020	99.157.983	28.597.647	26.076.442	56.900.668	210.732.741
31 Dezembro de 2020	108.892.573	33.026.878	32.112.012	23.059.176	197.090.639
31 Dezembro de 2021	102.021.811	25.299.069	27.579.629	40.091.149	194.991.658

Em 31 de Dezembro de 2021, o valor de activos tangíveis inclui activos de direito de uso no valor de 26.140.034 Meticais (2020: 35.883.530 Meticais) relativo ao arrendamento de agências e escritório onde se localiza a sede (ver nota 29).

20. Activos intangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Software	Licenças	Outros	Investimentos em curso	Total
Custo:					
Em 1 Janeiro de 2020	133.401.981	2.894.664	16.701.230	20.179.070	173.176.945
Adições	13.995.982	-	-	7.063.614	21.059.596
Transferências	7.112.028	-	-	(7.112.028)	-
Transfers					-
31 Dezembro de 2020	154.509.991	2.894.664	16.701.230	20.130.656	194.236.541
Adições	-	-	-	24.579.003	24.579.003
Transferências					-
Transferências	1.522.833	-	-	(1.522.833)	-
	156.032.824	2.894.664	16.701.230	43.186.826	218.815.544
Amortização e imparidade					
Saldo em 1 Janeiro 2020	94.437.658	1.677.456	656.304	-	96.771.419
Amortização do exercício	28.720.194	575.310	437.536	-	29.733.041
31 Dezembro de 2020	123.157.852	2.252.766	1.093.841	-	126.504.459
Amortização do exercício	17.921.799	544.072	15.607.390	-	34.073.261
31 Dezembro de 2021	141.079.652	2.796.838	16.701.230	-	160.577.720
Valor líquido:					
1 Janeiro 2020	38.964.323	1.217.208	16.044.926	20.179.070	76.405.526
31 Dezembro de 2020	31.352.139	641.897	15.607.390	20.130.656	67.732.081
31 Dezembro de 2021	14.953.172	97.825	(0)	43.186.826	58.237.823

21. Recursos de outras instituições de crédito

Os recursos de outras instituições de crédito referem-se a empréstimos com prazos inferiores a um mês concedidos por Microbancos nacionais.

	2021	2020
Bancos nacionais	712 619	82 457 381
	712 619	82 457 381

22. Recursos de clientes

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<i>Depósitos à ordem</i>		
Moeda nacional	429.162.601	876.191.763
Moeda estrangeira	<u>11.296.134</u>	<u>24.162.717</u>
	<u>440.458.735</u>	<u>900.354.480</u>
<i>Depósitos à prazo</i>		
Moeda nacional	1.372.856.830	1.359.825.702
Moeda estrangeira	<u>8.359.215</u>	<u>374.538</u>
	<u>1.381.216.045</u>	<u>1.360.200.240</u>
	<u>1.821.674.780</u>	<u>2.260.554.720</u>

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresenta-se como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos à ordem	440.458.735	900.354.480
Até 3 meses	543.618.795	458.982.746
Entre 3 meses e um ano	<u>837.597.250</u>	<u>901.217.494</u>
	<u>1.821.674.780</u>	<u>2.260.554.720</u>

23. Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ga-Barclays Bank Pension Fund	38 758 831	78 475 457
	<u>38 758 831</u>	<u>78 475 457</u>

O montante de 38.758.831 Meticais representa as obrigações corporativas emitidas pelo Microbanco no final de 2018 (2020 : 78.745.457 Meticais).

O Microbanco emitiu as obrigações corporativas em 28 de Dezembro de 2018 por um período de 4 anos, sendo as taxas para os pagamentos dos primeiros dois cupões de 15%. Para o período remanescente a uma taxa variável (MIMO – 1,25%). Em 2021 foram pagos tanto os juros como o capital, isto é, duas tranches do principal.

24. Outros passivos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Credores e outros recursos	18.673.330	16.837.310
Credores por locações	32.934.284	42.776.328
Outros encargos a pagar	12.306.379	14.378.885
Outros	14.187.097	26.261.584
	<u>78.101.090</u>	<u>100.254.107</u>

25. Provisões

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>Provisões para litígios</u>	<u>Provisões para litígios</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	2 130 840	2 130 840
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	<u>2 130 840</u>	<u>2 130 840</u>

A provisão refere-se a litígios em curso que estão em tribunal por despedimento sem justa causa e o montante é o custo estimado provável dos resultados desfavoráveis para o Microbanco. O horizonte temporal estimado até a conclusão destes litígios é incerto.

26. Capital social e reservas

26.1 Capital social

A 31 de Dezembro de 2021, o capital social do MAIS S.A. encontra-se totalmente subscrito e realizado. Segundo o código comercial e a ordem recebida do Banco de Moçambique, 21.279.818 acções ordinárias, de 10 Meticals cada, correspondentes a 212.798.180 Meticals foram reclassificados do accionista Bison Capital Holding para as acções próprias do MAIS S.A.

O capital social do Microbanco apresenta a seguinte estrutura accionista:

2021	Número de acções	Valor nominal	Capital Social	% participação no capital
<i>Shareholder</i>				
Bison Capital Holding Company Limited	60.000.000	10	600.000.000	41,02%
Geocapital-Gestão de Participações S.A.	31.289.788	10	312.897.880	21,39%
Africinvest Financial Sector Limited	28.213.020	10	282.130.200	19,29%
Gildo Dos Santos Lucas	2.726.876	10	27.268.760	1,86%
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	1.899.299	10	18.992.990	1,30%
MAIS S.A. (own shares)	21.279.818	10	212.798.178	14,55%
Outros	871.017	10	8.710.170	0,60%
	146.279.818		1.462.798.178	100,00%

2020	Número de acções	Valor nominal	Capital Social	% participação no capital
<i>Shareholder</i>				
Bison Capital Holding Company Limited	81 279 818	10	812 798 176	55,56%
Geocapital-Gestão de Participações S.A.	31 289 788	10	312 897 880	21,39%
Africinvest Financial Sector Limited	28 213 020	10	282 130 200	19,29%
Gildo Dos Santos Lucas	2 726 876	10	27 268 760	1,86%
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	1 899 299	10	18 992 990	1,30%
Outros	871 017	10	8 710 170	0,60%
	146 279 818		1 462 798 176	100,00%

26.2 Reservas

As reservas são apresentadas como se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Revaluation Reserve	25.309.730	23.562.278
Legal reserve	48.709.796	22.350.313
	<u>74.019.526</u>	<u>45.912.591</u>

27. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Amortização e depreciação (notas 19, 20)	58 149 196	62 804 030
Imparidade líquida (nota 14)	26 340 556	86 520 702
Provisões líquidas	-	(2 731 992)
	<u>84 489 752</u>	<u>146 592 740</u>

28. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

		<u>Outros activos</u>
<i>Accionistas</i>		
Geocapital - Gestão de Participações	2021	9 792 960
	2020	9 792 960

Benefícios ao pessoal-chave de Gestão

Durante o exercício de 2021, os vencimentos do Conselho de Administração fixaram-se em 31.468.037 Meticais (2020: 26.725.902 Meticais).

29. Locações

O Microbanco celebrou contractos de locação operacional relativos a agências e instalações onde funciona a sua sede social. Estas locações têm duração de um a seis anos, com opção de renovar o contrato após o vencimento. Os valores dos contractos são ajustados anualmente para reflectir a inflação do mercado.

A informação referente as locações que o Microbanco possui seguem abaixo:

29.1. Activos de direito de uso

Em 31 de Dezembro de 2021, os activos de direito de uso apresentavam a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	35 883 530	43 201 687
Amortização e depreciação do ano	(9 316 932)	(16 431 591)
Adicções	(426 565)	9 113 435
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	<u>26 140 034</u>	<u>35 883 530</u>

29.2. Passivo total não descontado

Em 31 de Dezembro de 2021, o passivo total não descontado apresentava a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Até 1 ano	15 336 754	15 765 336
Entre 1 e 5 anos	31 315 377	46 647 113
Mais de 5 anos	-	1 020 000
Passivo total	<u>46 652 131</u>	<u>63 432 449</u>

29.3. Passivos para locações

Para o desconto de fluxos de Caixa foram utilizadas as seguintes taxas:

- Contratos em moeda nacional: MIMO + 1,5%;
- Contratos em moeda estrangeira: 6,4%(Libor 12 meses).

O quadro abaixo apresenta os movimentos dos passivos por locação:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	42.776.328	43.031.585
Juros em locações - passivos	6.117.134	6.525.140
Total de pagamento reconhecido na demonstração de fluxos de caixa	(14.876.313)	(15.964.373)
Ajustamentos	(1.082.866)	9.183.976
Saldo final	<u>32.934.284</u>	<u>42.776.328</u>

29.4. Reconhecimento na demonstração de resultados

Os montantes reconhecidos na demonstração de resultados seguem abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Juros em locações - passivos	<u>6 117 134</u>	<u>6 525 140</u>
Depreciação do ano	<u>9.316.932</u>	<u>16.431.591</u>

29.5. Fluxos de Caixa

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxo de caixa para o 2021 seguem abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Total de pagamento reconhecido na demonstração de fluxos de caixa	<u>14.876.313</u>	<u>15.964.373</u>

30. Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Dinheiro em caixa		
Moeda nacional (nota 10)	34.216.696	41.324.718
Moeda estrangeira (nota 10)	4.996.975	20.856.858
	<u>39.213.671</u>	<u>62.181.577</u>
Saldos no Banco de Moçambique		
Moeda nacional (nota 10)	121.005.561	98.507.418
Moeda estrangeira (nota 10)	21.957.461	106.225.307
	<u>142.963.023</u>	<u>204.732.725</u>
Saldos em outras instituições de crédito		
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 11)	64.393.061	57.281.056
	<u>64.393.061</u>	<u>57.281.056</u>
Outras aplicações de curto prazo		
Empréstimos e adiantamentos a Bancos (nota 12)	709.016.914	900.350.807
	<u>709.016.914</u>	<u>900.350.807</u>
Menos: Reservas obrigatórias no Banco de Moçambique (nota 10)	(178.030.320)	(221.608.971)
	<u>777.556.348</u>	<u>1.002.937.193</u>

31. Justo valor

O Microbanco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

- Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis;
- Nível 2: Outras técnicas de valorização para as quais os inputs que apresentem um impacto significactivo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente;
- Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data de relato. O Justo valor de instrumentos não cotados, os empréstimos de Microbancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros é estimado de acordo com os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para a dívida em condições semelhantes, o risco de crédito e vencimentos remanescentes. A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	57.839.809	-	57.839.809
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	636.860.607	-	636.860.607
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1.320.137.754	-	1.320.137.754
Activos financeiros ao custo amortizado	-	95.994.956	-	95.994.956
	-	2.110.833.126	-	2.110.833.126
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	-	632.035	-	632.035
Recursos de clientes	-	1.615.676.080	-	1.615.676.080
Outros empréstimos	-	34.375.903	-	34.375.903
	-	1.650.684.018	-	1.650.684.018
	-	460.149.108	-	460.149.108

2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	51.451.591	-	51.451.591
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	808.722.543	-	808.722.543
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1.344.462.659	-	1.344.462.659
Activos financeiros ao custo amortizado	-	158.515.069	-	158.515.069
	-	2.363.151.862	-	2.363.151.862
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	-	73.132.932	-	73.132.932
Recursos de clientes	-	2.004.926.581	-	2.004.926.581
Outros empréstimos	-	69.601.292	-	69.601.292
	-	2.147.660.805	-	2.147.660.805
	-	4.222.188.678	-	4.222.188.678

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com as quantias escrituradas dos instrumentos financeiros do Microbanco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	2021		2020	
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
Activos financeiros				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.393.059	57.839.809	57.281.056	51.451.591
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	709.016.914	636.860.607	900.350.807	808.722.543
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.469.709.361	1.320.137.754	1.496.790.278	1.344.462.659
Activos financeiros ao custo amortizado	106.871.185	95.994.956	176.474.826	158.515.069
	<u>2.349.990.519</u>	<u>2.110.833.126</u>	<u>2.630.896.968</u>	<u>2.363.151.862</u>
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	712.619	632.035	82.457.381	73.132.932
Recursos de clientes	1.821.674.780	1.615.676.080	2.260.554.720	2.004.926.581
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	38.758.831	34.375.903	78.475.457	69.601.292
	<u>1.861.146.231</u>	<u>1.650.684.018</u>	<u>2.421.487.558</u>	<u>2.147.660.805</u>
	<u>488.844.288</u>	<u>460.149.108</u>	<u>209.409.410</u>	<u>215.491.057</u>

O Conselho de Administração considera que o Caixa e disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em Instituições de crédito se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos. O Justo valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação. Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, foi obtido através do método de fluxo de caixa descontado.
- Os activos financeiros são descontados através da utilização dos Bilhetes do Tesouro a 13.40%. Os passivos financeiros são descontados através da MIMO a 13.25%.

32. Contingências

Garantias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Garantias bancárias	<u>126 987 577</u>	<u>215 590 362</u>

33. Gestão do Risco, objectivos e políticas

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Microbanco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício. Com o objectivo de apoiar o Conselho de Administração, foi criado o Comité de Risco a fim de gerir o risco para o Microbanco.

Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Microbanco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Microbanco ou contra-partes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Microbanco. As contra-partes podem incluir o Governo, outros Microbancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também devido à descida da notação de crédito do Microbanco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminua. O risco de crédito que o Microbanco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Microbanco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades. Enquanto a exposição ao crédito surge pela via de empréstimos e adiantamentos, o Microbanco pode ser exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante que os de empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo. A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Microbanco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Microbanco controla a concentração de risco de

crédito que venham a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada.

Exposição máxima ao risco de crédito

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Microbanco teria de pagar se a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada. Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Microbanco encontra-se igualmente exposto ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas. A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2021 e 2020 relativamente ao risco de crédito no balanço, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Microbanco apenas detém colaterais para Crédito de clientes e respeitam fundamentalmente a hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos.

	Notas	2021	2020
Caixa e disponibilidade no Banco Central	10	182 176 694	266 914 301
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11	64 393 059	57 281 056
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	12	709 016 914	900 350 807
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	13	6 327 551	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	1 469 709 361	1 496 790 278
Activos financeiros ao custo amortizado	15	106 871 185	176 474 826
Outros activos	16	182 592 704	260 770 032
Total dos activos		2 721 087 468	3 164 908 852
Exposição ao risco de crédito relacionada com a demonstração da posição financeira			
Garantias bancárias		126 987 577	215 590 362
		126 987 577	215 590 362
Exposição total ao risco de crédito		2 848 075 045	3 380 499 214

Qualidade de crédito

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do Microbanco, os instrumentos financeiros foram analisados como segue:

Rating interno	2021				2020
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
Médio	1.403.661.152			1.403.661.152	1.445.712.642
Vencido e não em imparidade		5.136.935		5.136.935	10.715.762
Vencido e em imparidade			359.844.803	359.844.803	312.954.846
Total em 31 de Dezembro	1.403.661.152	5.136.935	359.844.803	1.768.642.890	1.769.383.250

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte. Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra e reversão, dinheiro ou títulos. No corrente ano não houve reversões de transação de recompra;
- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito de retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação.

A tabela a seguir mostra a exposição máxima ao risco de crédito por classe do activo financeiro, bem como o justo valor total da garantia, a garantia excedente (a medida em que o justo valor das garantias detidas é maior do que a exposição a que se refere), e a exposição líquida ao risco de crédito.

2021	Exposição máxima ao risco de crédito	Justo valor dos colaterais matidos para a cobertura do risco de crédito		Colateral líquido	Exposição líquida
		Caixa	Edifícios		
Caixa e disponibilidade no Banco Central	182 176 694	-	-	-	182 176 694
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64 393 059	-	-	-	64 393 059
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	709 016 914	-	-	-	709 016 914
Activos financeiros ao custo amortizado	106 871 185	-	-	-	106 871 185
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 551	-	-	-	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Empresas	207 050 941	11 225 122	276 097 763	287 322 884	(80 271 944)
Particulares	1 200 478 696	-	124 616 360	124 616 360	1 075 862 335
Colaboradores	62 179 725	-	24 633 200	24 633 200	37 546 525
Outros activos	182 592 704	-	-	-	182 592 704
	2 721 087 468	11 225 122	425 347 323	436 572 445	2 284 515 023

2020	Exposição máxima ao risco de crédito	Justo valor dos colaterais matidos para a cobertura do risco de crédito		Colateral líquido	Exposição líquida
		Caixa	Edifícios		
Caixa e disponibilidade no Banco Central	266 914 301	-	-	-	266 914 301
Disponibilidades em outras instituições de crédito	57 281 056	-	-	-	57 281 056
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	900 350 807	-	-	-	900 350 807
Activos financeiros ao custo amortizado	176 474 826	-	-	-	176 474 826
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 551	-	-	-	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Empresas	207 050 941	11 225 122	343 052 085	354 277 207	(147 226 266)
Particulares	1 238 506 917	-	131 693 532	131 693 532	1 106 813 385
Colaboradores	51 232 421	-	24 633 200	24 633 200	26 599 221
Outros activos	260 770 032	-	-	-	260 770 032
	3 164 908 852	11 225 122	499 378 817	510 603 939	2 654 304 914

Actualmente não existem recuperações em curso dos colaterais referentes a créditos abatidos do activo.

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue suportar a prestação mensal, o cliente pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista a rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá por em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Microbanco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

A análise da concentração do risco de crédito por tipo de cliente apresenta-se como segue:

2021	Caixa e disponibilida de no Banco Central	Disponibilida des em outras instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a Bancos	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros activos	Total
Empresas	-	-	-	207 050 941	-	6 327 551	-	213 378 492
Particulares	-	-	-	1 262 658 421	-	-	-	1 262 658 421
Governo	182 176 694	-	-	-	106 871 185	-	-	289 047 879
Serviços financeiros	-	64 393 059	709 016 914	-	-	-	-	773 409 973
Outros	-	-	-	-	-	-	182 592 704	182 592 704
	182 176 694	64 393 059	709 016 914	1 469 709 361	106 871 185	6 327 551	182 592 704	2 721 087 468

2020	Caixa e disponibilida de no Banco Central	Disponibilida des em outras instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a Bancos	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros activos	Total
Empresas	-	-	-	207 050 941	-	6 327 551	-	213 378 492
Particulares	-	-	-	1 289 739 338	-	-	-	1 289 739 338
Governo	266 914 301	-	-	-	176 474 826	-	-	443 389 128
Serviços financeiros	-	57 281 056	900 350 807	-	-	-	-	957 631 863
Outros	-	-	-	-	-	-	260 770 032	260 770 032
	266 914 301	57 281 056	900 350 807	1 496 790 278	176 474 826	6 327 551	260 770 032	3 164 908 852

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Microbanco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário. O Microbanco mantém uma carteira de activos com alguma liquidez, assim como diversificada, que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. O Microbanco detém reservas obrigatórias correspondentes a 10.5% e 11.5% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado em moeda nacional e moeda estrangeira respectivamente.

A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Microbanco em particular. O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Microbanco com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2021	À vista	Menos de 3	Entre 3 e 12	Entre 1 e 5	Acima de 5	Total
Activo		meses	meses	anos	anos	
Caixa e disponibilidade no Banco Central	182.176.694	-	-	-	-	182.176.694
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.393.059	-	-	-	-	64.393.059
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	709.016.914	-	-	-	709.016.914
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	6.327.551	6.327.551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	83.832.935	249.607.400	1.023.519.523	112.749.503	1.469.709.361
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	106.871.185	-	106.871.185
Outros activos	-	182.592.704	-	-	-	182.592.704
Total do activo	246.569.753	975.442.553	249.607.400	1.130.390.708	119.077.055	2.721.087.468
Passivos financeiros						
Recursos de outras instituições de crédito	-	712.619	-	-	-	712.619
Recursos de clientes	440.458.735	543.618.795	837.597.251	-	-	1.821.674.781
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	-	-	38.758.831	-	38.758.831
Outros passivos	-	78.101.090	-	-	-	78.101.090
Total do passivo	440.458.735	622.432.504	837.597.251	38.758.831	0	1.939.247.320
Excesso(Escassez) de liquidez	(193.888.982)	353.010.049	(587.989.851)	1.091.631.876	119.077.055	781.840.148

2020

Activo

	À vista	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa e disponibilidade no Banco Central	266 914 301	-	-	-	-	266 914 301
Disponibilidades em outras instituições de crédito	57 281 056	-	-	-	-	57 281 056
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	900 350 807	-	-	-	900 350 807
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	6 327 551	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	83 832 935	249 607 400	1 050 600 440	112 749 503	1 496 790 278
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	176 474 826	-	176 474 826
Outros activos	-	260 770 032	-	-	-	260 770 032
Total do activo	324 195 357	1 244 953 774	249 607 400	1 227 075 266	119 077 055	3 164 908 852

Passivos financeiros

Recursos de outras instituições de crédito	-	82 457 381	-	-	-	82 457 381
Recursos de clientes	802 166 958	444 566 867	1 013 820 895	-	-	2 260 554 720
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	-	-	78 475 457	-	78 475 457
Outros passivos	-	100 254 108	-	-	-	100 254 108
Total do passivo	802 166 958	627 278 356	1 013 820 895	78 475 457	0	2 521 741 666
Excesso(Escassez) de liquidez	(477 971 601)	617 675 418	(764 213 495)	1 148 599 809	119 077 055	643 167 187

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irão variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Microbanco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos. O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada em uma base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito.

Os activos e passivos incluídos na tabela estão mensurados pela quantia escriturada e categorizada pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade. O Microbanco não está sujeito ao risco de taxa de juros em relação aos itens extrapatrimoniais.

A tabela abaixo resume a exposição bruta do Microbanco à taxa de juro a 31 de Dezembro de 2021:

2021 Activos	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Acima de 1 ano	Instrumentos não remunerados	Total
Caixa e disponibilidade no Banco Central	-	-	-	182.176.694	182.176.694
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	64.393.059	64.393.059
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	709.016.914	-	-	-	709.016.914
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento	-	-	-	6.327.551	6.327.551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	83.832.935	249.607.400	1.136.269.026	-	1.469.709.361
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	106.871.185	-	106.871.185
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Outros activos	182.592.704	-	-	-	182.592.704
Total dos activos não descontados	975.442.553	249.607.400	1.243.140.211	252.897.304	2.721.087.468
Passivos					
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	712.619	-	-	-	712.619
Recursos de clientes	543.618.795	837.597.251	-	440.458.735	1.821.674.781
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	-	38.758.831	-	38.758.831
Outros passivos	78.101.090	-	-	-	78.101.090
Total dos passivos não descontados	622.432.504	837.597.251	38.758.831	440.458.735	1.939.247.320
Gap acumulado	353.010.049	(587.989.851)	1.204.381.380	(187.561.430)	781.840.148

2020

Activos

	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Acima de 1 ano	Instrumentos não remunerados	Total
Caixa e disponibilidade no Banco Central	-	-	-	266 914 301	266 914 301
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	57 281 056	57 281 056
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	900 350 807	-	-	-	900 350 807
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	6 327 551	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	83 832 935	249 607 400	1 163 349 943	-	1 496 790 278
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	176 474 826	-	176 474 826
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Outros activos	260 770 032	-	-	-	260 770 032
Total dos activos não descontados	1 244 953 774	249 607 400	1 339 824 769	330 522 909	3 164 908 852

Passivos

Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	82 457 381	-	-	-	82 457 381
Recursos de clientes	444 566 867	1 013 820 895	-	802 166 958	2 260 554 720
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	-	78 475 457	-	78 475 457
Outros passivos	100 254 108	-	-	-	100 254 108
Total dos passivos não descontados	627 278 356	1 013 820 895	78 475 457	802 166 958	2 521 741 666
Gap acumulado	617 675 418	(764 213 495)	1 261 349 313	(471 644 049)	643 167 187

A sensibilidade em lucros ou prejuízos da alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável é a seguinte:

	<u>Varição em pontos base</u>	<u>Impacto no resultado após imposto</u>
2021	+50pb	(1 574 107)
	-50pb	1 574 107
2020	+50pb	732 690
	-50pb	(732 690)

Risco cambial

O Microbanco toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais, nas suas posições financeiras e fluxos de caixa. A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, que é controlada diariamente pela tesouraria, com a supervisão de um gestor sénior. O lucro antes do imposto em 31 de Dezembro de 2021 sofreria uma redução em cerca de 326.703 Meticais (em 31 de Dezembro de 2020, o lucro antes do imposto sofreria uma redução em cerca de 1.912.340

Meticais) se a taxa de câmbio flutua-se conforme ilustra a tabela abaixo (Flutuação corrente nas taxas de câmbio). Os valores negativos na tabela reflectem uma redução potencial nos resultados ou no capital próprio, enquanto que os valores positivos reflectem um aumento líquido potencial no resultado e no capital próprio. Uma redução equivalente em cada uma das moedas abaixo contra o Metical teria um impacto inverso nos resultados.

A análise de sensibilidade será baseada no pressuposto de um movimento de 3%, em cada direcção. A informação abaixo reflecte o efeito de tal movimento em lucros ou prejuízos:

	USD	EURO	ZAR	GBP
2021	2 116 528	76 201	84 248	112 226
2020	3 749 088	(163 802)	(2 051 097)	100 596

Se as moedas estrangeiras enfraquecessem / fortalecessem relativamente ao Metical pelos mesmos percentuais estabelecidos no quadro acima, observaríamos um efeito igual, mas oposto em lucro ou prejuízos.

31-dez-21				
Moeda	Posição líquida	Taxa de câmbio	Varição da taxa de	Impacto no resultado
US Dollar	70 550 922	63,83	-15%	(163 359)
Euro	2 540 050	72,27	-21%	(7 549)
ZAR	2 808 276	4,02	-21%	(149 011)
GBP	3 740 856	86,2	-16%	(6 783)
				(326 703)

31-dez-20				
Moeda	Posição líquida	Taxa de câmbio	Varição da taxa de	Impacto no resultado
US Dollar	124 969 607	74,9	22%	364 532
Euro	(5 460 067)	92,04	34%	(19 935)
ZAR	(68 369 895)	5,11	17%	(2 265 658)
GBP	3 353 188	102,17	27%	8 721
				(1 912 340)

A tabela abaixo resume a exposição do Microbanco ao risco cambial de moedas estrangeiras em 31 de Dezembro de 2021. Incluídos na tabela encontram-se também os instrumentos financeiros classificados por moeda:

2021	MZN	USD	EUR	ZAR	GBP	Total
Activo						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	155.326.843	16.370.253	945.382	9.207.086	327.129	182.176.693
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.190.673	45.296.223	5.851.333	2.632.483	3.422.347	64.393.059
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	709.016.914	-	-	-	-	709.016.914
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.327.551	-	-	-	-	6.327.551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.461.176.506	8.532.855	-	-	-	1.469.709.361
Activos financeiros ao custo amortizado	106.871.185	-	-	-	-	106.871.185
Outros activos	167.838.325	12.231.022	2.479.024	44.333	-	182.592.704
	<u>2.613.747.997</u>	<u>82.430.353</u>	<u>9.275.740</u>	<u>11.883.902</u>	<u>3.749.476</u>	<u>2.721.087.469</u>
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	712.619	-	-	-	-	712.619
Recursos de clientes	1.808.617.229	11.023.069	1.006.399	1.019.463	8.620	1.821.674.780
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	38.758.831	-	-	-	-	38.758.831
Outros passivos	66.129.071	856.362	5.729.290	8.056.164	-	80.770.887
	<u>1.914.217.751</u>	<u>11.879.431</u>	<u>6.735.690</u>	<u>9.075.626</u>	<u>8.620</u>	<u>1.941.917.116</u>
Exposição líquida	<u>699.530.246</u>	<u>70.550.922</u>	<u>2.540.050</u>	<u>2.808.276</u>	<u>3.740.856</u>	<u>779.170.352</u>
2020	MZN	USD	EUR	ZAR	GBP	Total
Activo						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	142 218 760	115 222 163	-	9 085 642	387 735	266 914 300
Disponibilidades em outras instituições de crédito	26 960 608	26 233 649	-	-	4 086 800	57 281 056
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	900 350 807	-	-	-	-	900 350 807
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 551	-	-	-	-	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 489 923 288	6 866 991	-	-	-	1 496 790 278
Activos financeiros ao custo amortizado	176 474 826	-	-	-	-	176 474 826
Outros activos	144 047 420	56 898 350	3 678 993	56 212 474	-	260 837 238
	<u>2 886 303 260</u>	<u>205 221 153</u>	<u>3 678 993</u>	<u>65 298 116</u>	<u>4 474 535</u>	<u>3 164 976 058</u>
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	(57 824 829)	-	6 896 809	133 385 400	-	82 457 381
Recursos de clientes	2 234 424 562	22 507 942	2 218 258	282 610	1 121 347	2 260 554 720
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	78 475 457	-	-	-	-	78 475 457
Outros passivos	42 486 512	57 743 604	23 992	-	-	100 254 108
	<u>2 297 561 702</u>	<u>80 251 546</u>	<u>9 139 059</u>	<u>133 668 011</u>	<u>1 121 347</u>	<u>2 521 741 664</u>
Exposição líquida	<u>588 741 558</u>	<u>124 969 607</u>	<u>(5 460 067)</u>	<u>(68 369 895)</u>	<u>3 353 188</u>	<u>643 234 393</u>

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Microbanco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Microbanco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Microbanco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O Microbanco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Microbanco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidas pelo Banco de Moçambique. Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Microbanco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio;
- e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

O Microbanco cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito à adequação dos rácios de Capitais Próprios tal como a Solvabilidade e Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada microMicrobanco para manter o nível mínimo de rácio de solvabilidade de 8%. A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Microbanco para o exercício findo em 31 de Dezembro, à luz das exigências do Banco de Moçambique.

O principal objectivo da gestão de capital do Microbanco é assegurar a conformidade com os objectivos estratégicos em termos de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as exigências mínimas de capital estabelecidos pelo Banco de Moçambique, o que reflecte um rácio mínimo de solvabilidade em relação aos riscos assumidos no decurso da sua actividade.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fundos próprios de base (Tier I)		
Capital social	1 462 798 176	1 462 798 176
Resultados transitados	(387 534 824)	(514 821 996)
Activos intangíveis	(58 237 823)	(67 732 080)
Insuficiência de provisões	(19 324 474)	(19 324 474)
Total dos fundos próprios de base (Tier I)	<u>997 701 054</u>	<u>860 919 625</u>
Fundos próprios complementares (core Tier II)		
Outros	19 545 007	19 571 337
Total dos fundos próprios complementares (core Tier II)	<u>19 545 007</u>	<u>19 571 337</u>
Fundos próprios elegíveis (Tier I and Tier II)	<u>1 017 246 062</u>	<u>880 490 962</u>
Activos ponderados pelo risco (RWA)		
Activos do balanço	1 792 567 200	1 940 045 263
Activos fora do balanço	63 490 597	107 795 181
Riscos operacional e de mercado	170 375 012	311 703 573
Total dos activos ponderados pelo risco	<u>2 026 432 808</u>	<u>2 359 544 016</u>
Rácios prudenciais		
Core Tier I	49,23%	36,49%
Core Tier II	0,96%	0,83%
Rácio de solvabilidade	50,20%	37,32%
Rácio de solvabilidade mínimo exigido	8,00%	8,00%

34. Continuidade operacional

O Microbanco obteve lucro no ano atual e a previsão revista do fluxo de caixa, levando em consideração o impacto do COVID 19, levou a uma expectativa de redução de lucros para o exercício financeiro de 2021. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base nas políticas contabilísticas aplicáveis a uma instituição em actividade. Essa base pressupõe que os fundos estarão disponíveis para financiar operações futuras e que a realização de activos bem como a liquidação de obrigações e compromissos contingentes do passivo ocorrerão no curso normal dos negócios.

No decorer de 2021 o MAIS conclui a alteração temporária da licença do banco para o microbanco do nível Caixa geral de poupança e crédito, desta forma cumprindo com todos os requisitos de capital para este nível de instituições financeiras.

Os diretores e accionistas continuam a perseguir os planos para obter fontes de capital social adicional que permitira regressar a licença do banco comercial. Sendo estes:

- o Junto dos actuais accionistas;
- o Explorar a possibilidade de busca de financiamento e fusão com outro banco;
- o Entrada de novo investidor na estrutura acionista do banco.

Qualquer uma das medidas acima garantirá a continuidade das operações do Microbanco.

Dessa forma, as demonstrações financeiras são preparadas com base nas políticas contábeis aplicáveis a uma instituição em continuidade de operações.

35. Impacto da COVID-19

Em 11 de Março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou o surto de Coronavírus COVID-19 uma pandemia global. As medidas tomadas pela Administração do MAIS segue as directivas das autoridades, nomeadamente:

- Vacinação dos cidadãos
- Auto-isolamento/ quarentena obrigatória por parte das pessoas potencialmente afectadas;
- implementação de medidas de distanciamento social e rotatividade no local de trabalho

A pandemia é um desafio sem precedentes para a humanidade e para a economia mundial, e à data da finalização das demonstrações financeiras os seus efeitos ainda estão sujeitos a níveis significativos de incerteza.

Embora a COVID tenha aumentado os o nível de Incumprimento (NPL), esta situação está a melhorar com a retoma de operações por parte de empresas e instituições. Enquanto os empréstimos do maior segmento da carteira de crédito do MAIS possuem seuguro de vida feitos com seguradoras do banco. Espera-se que isto mitigue potenciais perdas. A Administração continuará a acompanhar e avaliar quaisquer outros efeitos potenciais da COVID-19 sobre o negócio durante o exercício financeiro de 2022. A actividade do MAIS não está ameaçada.

36. Acontecimentos após a data de balanço

Até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificam eventos favoráveis ou desfavoráveis para o Microbanco que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

37. Novos pronunciamentos contabilísticos

Uma série de novas normas e emendas às normas são efectivas para períodos anuais com início após 1 de Janeiro de 2021 e a sua aplicação antecipada é permitida, contudo, o MAIS não as adoptou antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas novas e emendadas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do MAIS:

Melhorias anuais	Emendas resultantes de melhorias anuais do Ciclo 2018-2020 para as seguintes normas:	1 de Janeiro de 2022
	<ul style="list-style-type: none">• NIRF 1 - A emenda permite a uma subsidiária que aplica o parágrafo D16(a) da NIRF 1 mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os montantes relatados pela sua empresa-mãe, com base na data de transição da empresa-mãe para as NIRFs.• NIRF 9 - A emenda clarifica quais as taxas que uma entidade inclui quando aplica o teste de "10%" no parágrafo B3.3.6 da NIRF 9 ao avaliar se deve desreconhecer um passivo financeiro. Uma entidade inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre a entidade (o mutuário) e o mutuante, incluindo taxas pagas ou recebidas pela entidade ou pelo mutuante em nome da outra.• NIRF 16 - A emenda ao Exemplo Ilustrativo 13 que acompanha a NIRF 16 retira do exemplo a ilustração do reembolso dos melhoramentos de locações pelo locador, a fim de resolver qualquer confusão potencial relativa ao tratamento dos incentivos de locações que possam surgir devido à forma como os incentivos de locações são ilustrados nesse exemplo.• NIC 41 - A emenda elimina o requisito no parágrafo 22 da NIC 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa fiscais ao mensurar o justo valor de um activo biológico utilizando uma técnica de valor presente.	
NIC 16	<i>Propriedade, instalações e equipamento</i> - Emenda que proíbe as entidades de deduzir do custo de um item de propriedade, instalações e equipamento (PP&E), quaisquer receitas da venda de itens produzidos enquanto trazem esse activo para o local e condição necessários para que possa funcionar da forma pretendida pela gerência. Em vez disso, uma entidade reconhece os proveitos da venda de tais itens, e os custos de produção desses itens, em lucro ou perda.	1 de Janeiro de 2022

NIC 37	<i>Provisões, Activos Contingentes e Passivos Contingentes</i> - Alterações especificando quais os custos que uma entidade deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso ou se é gerador de perdas. Os custos que devem ser incluídos são os que estão directamente relacionados com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, e incluem tanto custos incrementais, como uma atribuição de custos directamente relacionados com as actividades do contrato.	1 de Janeiro de 2022
NIC 1	<i>Classificação de passivos como correntes ou não correntes</i> - Emendas que visam ajudar as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, a dívida e outros passivos com uma data de liquidação incerta devem ser classificados como correntes (devidos ou potencialmente devidos no prazo de um ano) ou não correntes. As emendas incluem a clarificação dos requisitos de classificação da dívida que uma empresa pode liquidar convertendo-a em capital próprio.	1 de Janeiro de 2023
NIC 1 e Declaração de Práticas NIRF 2	<i>Divulgação de Políticas Contabilísticas</i> - As emendas exigem que uma entidade divulgue as suas políticas contabilísticas materiais, em vez das suas políticas contabilísticas significativas. Para apoiar a emenda, o Conselho também desenvolveu orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro etapas" descrito na "Declaração de Práticas IFRS 2".	1 de Janeiro de 2023
NIC 8	<i>Emendas à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros</i> - As emendas clarificam a forma como as empresas devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas.	1 de Janeiro de 2023
NIC 12	<i>Impostos sobre o rendimento</i> - Impostos diferidos relacionados com activos e passivos resultantes de uma única transacção: As alterações visam clarificar a forma como as empresas contabilizam o imposto diferido sobre locações; quando um locatário reconhece um activo e um passivo no início da locação.	1 de Janeiro de 2023

Para além dos casos detalhados acima, o Microbanco está a avaliar o impacto potencial que a adopção destas normas e interpretações pode ter no seu desempenho financeiro futuro ou nas divulgações nas demonstrações financeiras anuais.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas do Microbanco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A.

Na qualidade de fiscal único do **Microbanco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A.**, uma sociedade anónima de direito moçambicano, com o capital social de 1 462 798 176 Meticais (Um bilião, quatrocentos e sessenta e dois milhões, setecentos e noventa e oito mil, cento e setenta e seis Meticais), matriculada junto da Conservatória de Registo das Entidades Legais, sob o número 100053209 (um, zero, zero, zero, cinco, três, dois, zero, nove), e titular do número único de identificação tributária (NUIT) 500001070, cumpre dar o parecer sobre o balanço e contas da referida sociedade referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, bem como sobre o relatório da administração da sociedade referente ao mesmo exercício, documentos estes que nos foram apresentados pela respectiva administração.

Relatório

O Fiscal Único e signatário do presente parecer, acompanhou com regularidade e extensão considerada razoável para as circunstâncias a evolução da Instituição e procedeu aos exames, apreciações, verificações da regularidade dos seus registos e observância das normas e regulamentos aplicáveis com base na informação prestada pelo Conselho de Administração, de natureza contabilística, financeira e de gestão do risco, bem como a informação fornecida pelos Auditores Externos, tendo, sempre que solicitado, merecida a colaboração do Conselho de Administração da Instituição.

O Fiscal Único efectuou reuniões com a administração e demais direcções da Instituição de modo a acompanhar as respectivas actividades e avaliar a adequacidade e eficácia dos sistemas de controlo interno da Instituição.

O Fiscal único examinou o Balanço da Instituição e a Demonstração de Resultados referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2021, e conclui que as mesmas apresentam-se de forma apropriada e satisfazem os requisitos legais, assim como contêm as menções obrigatórias, deles contando todos os elementos indispensáveis.

O activo total líquido da Instituição e os seus capitais próprios, foram calculados conforme as regras do Banco de Moçambique, totalizando respectivamente 3 075 913 065 Meticais (Três biliões, setenta e cinco milhões, novecentos e treze mil, sessenta e cinco Meticais) e 1 122 923 394 Meticais (Um bilião, cento e vinte e dois milhões, novecentos e vinte e três mil, trezentos e noventa e quatro Meticais) o que representa uma redução de 13% nos activos e um aumento nos capitais próprios de 13%.

Os resultados líquidos da Instituição atingiram 126 533 644 Meticais (Cento e vinte e seis milhões, quinhentos e trinta e três mil, seiscentos e quarenta e quatro Meticais) notando se um aumento de 44% comparativamente ao ano anterior.

O Fiscal Único apreciou, de igual modo, o Relatório dos Auditores Externos, KPMG, S.A. relativo às demonstrações financeiras do **Microbanco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 cujo âmbito de auditoria e a opinião expressa mereceu a sua concordância.

O Fiscal Único obteve informação da Administração em relação ao processo de transformação do **Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A.** em **Microbanco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A.**

Parecer

Face ao exposto acima, o fiscal único considera que as demonstrações financeiras e o relatório de Conselho de Administração, assim como a proposta de aplicação de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro 2021, estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e demais disposições legais, estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral dos Acionistas.

Maputo, 27 de Abril de 2022



(Assinado por Zacaria Fakir em representação da Deloitte & Touche (Moçambique), Lda)

Na qualidade de Fiscal Único do **Microbanco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A.**

Balanço - Contas Individuais (Activo)

(Valores expressos em milhares)

		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	2021	2020
				MZN	MZN
Activo					
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	182.177	-	182.177	266.914
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.393	-	64.393	57.281
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6.328	-	6.328	6.328
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito	709.017	-	709.017	900.351
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes	1.768.643	298.934	1.469.709	1.496.790
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade	106.871	-	106.871	176.475
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra	-	-	-	-
21	Derivados de cobertura	-	-	-	-
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda	66.972	-	66.972	66.972
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento	-	-	-	-
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	378.799	183.808	194.992	197.091
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis	218.816	160.578	58.238	67.732
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-
300	Activos por impostos correntes	22.319	-	22.319	22.066
301	Activos por impostos diferidos	-	-	-	-
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos	194.898	-	194.898	270.657
Total de activos		3.719.232	643.319	3.075.913	3.528.657

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

Balanço - Contas Individuais (Passivo)

(Valores expressos em milhares)

Rubricas	Notas / Quadros anexos	2021	2020
		MZN	MZN
Passivo			
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais	497	500
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito	215	81.958
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	1.821.675	2.260.555
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos	38.759	78.475
44	Derivados de cobertura	-	-
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-
47	Provisões	2.131	2.131
490	Passivos por impostos correntes	-	-
491	Passivos por impostos diferidos	11.612	10.896
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) +	Instrumentos representativos de capital	-	-
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211	Outros passivos subordinados	-	-
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos	78.101	100.254
Total de Passivo		1.952.990	2.534.768
Capital			
55	Capital	1.462.798	1.462.798
602	Prémios de emissão	-	-
57	Outros instrumentos de capital	-	-
- 56	(Ações próprias)	-	-
58 + 59	Reservas de reavaliação	25.310	23.562
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados	(491.718)	(580.337)
64	Resultado do exercício	126.534	87.865
- 63	(Dividendos antecipados)	-	-
Total de Capital		1.122.923	993.889
Total de Passivo + Capital		3.075.913	3.528.657

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

(Valores expressos em milhares)

Rubricas		Notas / Quadros anexos	2021	2020
79 + 80	Juros e rendimentos similares		574.084	522.240
66 + 67	Juros e encargos similares		(155.718)	(161.082)
	Margem financeira		418.367	361.158
82	Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
81	Rendimentos com serviços e comissões		17.413	36.905
68	Encargos com serviços e comissões		(24.722)	(18.462)
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		-	-
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial		24.435	48.760
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos		8.818	1.971
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração		(7.263)	33.531
	Produto bancário		437.047	463.863
70	Custos com pessoal		(109.330)	(118.299)
71	Gastos gerais administrativos		(97.647)	(96.661)
77	Amortizações do exercício		(58.149)	(62.804)
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações		-	-
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		(26.341)	(86.521)
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-	-
	Resultados antes de impostos		145.580	99.578
	Impostos			
65	Correntes		(19.508)	(12.174)
74 - 86	Diferidos		461	461
640	Resultados após impostos		126.534	87.865
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		-	-